

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de 2023 - Ata n.º 8.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Deputado **Marcel Micheletto**, na função de Presidente, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tito Barichello** (na função de 1.º Secretário) e **Márcia Huçulak** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **8.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos. Convido a Sr.ª Deputada Márcia Huçulak, 2.ª Secretária, a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak - PSD): (Procedeu à leitura da Ata da 7.ª Sessão Ordinária, de 27 de fevereiro de 2023). É o que continha a Ata, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em discussão a Ata. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 3.º Quadrimestre de 2022 da Secretaria de Estado**

da Fazenda. Antes de passar a palavra ao Secretário Renê, queria aqui também agradecer e nominar a presença de todo o *staff* dos nossos colaboradores e servidores da Secretaria da Fazenda, temos aqui: Diretora-Geral, Sr.^a Márcia Cristina; Diretor da Receita Estadual, Sr. Roberto Tizon; Chefe de Gabinete, Sr.^a Priscila Mânica; Diretora de Contabilidade, Sr.^a Cristiane Lima da Silva; Diretor do Tesouro Estadual, Sr. Marcos Buarque Montenegro; Assessora Técnica, Sr.^a Luísa Regina Mazer; Assessor Econômico, Sr. Tomaz Lucas Santos Leal; Diretor da Coordenadoria de Orçamento e Programação, Sr. Pedro Fernandes Lobato; Assessor de Imprensa, Sr. Luiz Geraldo Mazza; e também a nossa Secretária da Comissão e Orçamento da Alep, Sr.^a Ana Beatriz Prado. Quero passar a palavra ao Secretário Renê, que mais uma vez tem a gentileza de nos trazer as informações da Secretaria da Fazenda. Tenho certeza absoluta de que vai ser muito produtivo aqui o seu alinhamento, a sua palavra, Dr. Renê, pelo seu trato com a ordem pública, principalmente com a questão econômica do nosso Estado. Então, quero dizer a V.Ex.^a que esta Casa fica muito feliz da sua presença, para que possa, juntamente com os nossos Deputados, levar as informações que todos nós, Deputados e Deputadas, queremos, com a certeza de que o Estado está em boas mãos. O senhor tem 30 minutos para a apresentação, mais 15 minutos de prorrogação, só podendo ser aparteado, quero dizer aqui aos Deputados, nos 15 minutos de prorrogação. Com a palavra o Secretário de Estado da Fazenda, Ex.^{mo} Sr. Renê Garcia Junior.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Antes de mais nada, queria agradecer ao Presidente Marcel Micheletto, no exercício de suas funções, queria agradecer ao Líder Hussein Bakri e ao Líder da Oposição, Deputado Requião, e aos demais Deputados aqui presentes. Cumprimentá-los na figura do 1.º Secretário, que atua na 1.ª Secretaria. Gostaria de fazer a apresentação, que será focada praticamente em quatro itens: o primeiro é um cenário de conjuntura econômica; o segundo, uma avaliação do resultado do terceiro quadrimestre; as regras fiscais do terceiro quadrimestre; e os anexos provenientes. A economia brasileira, assim como a economia paranaense, está sendo afetada de forma bastante forte pela questão da desaceleração da economia global, principalmente o cenário proveniente da

perda de pujança da economia americana e da economia europeia, e em parte está sendo contrabalançada pela volta da economia chinesa aos níveis não antes da crise, mas aos níveis de uma taxa de crescimento analisada de alguma coisa como 4,5% a 5,5% no último quadrimestre, o que projeta altas de crescimento de 6%. A inflação mundial, depois de ter sofrido uma forte aceleração no ano de 2021, proveniente principalmente da crise de alimentos e da crise do mercado de *commodities*, houve uma desaceleração. Podemos ter como responsabilidade, primeiro, a questão da taxa de juros real praticada nesses países, que culminou com uma taxa de juros na margem em termos reais. O cenário da taxa de juros, como podemos perceber, ainda é fortemente positivo, com um certo aperto monetário principalmente proveniente do Banco Central Americano e do Banco Central Europeu, culminando com uma taxa de juros real que deve vigorar na faixa de 0,5% ao longo do ano de 2023 no mercado americano e alguma coisa como 0% real no mercado europeu. O cenário será de alguma forma puxado pela taxa de crescimento da China, que projeta uma taxa de crescimento para o ano de 2023 em alguma coisa como 6% na margem ou 5,2% na média. Esse cenário de relativa perda de atividade econômica impacta sobremaneira na questão dos mercados emergentes, em especial da América Latina e do Caribe. No Brasil, a taxa de crescimento do PIB, apesar de ter sido fortemente positiva no ano de 2023, projeta uma taxa de crescimento para o ano de 2023 na margem de uma coisa como 0,5% ou 1% real. Onde se pode explicar a taxa de crescimento da inflação brasileira dos últimos 12 meses? É em função da perda de impacto dos itens monitorados, principalmente os itens como comunicação, energia elétrica e combustíveis. O efeito das Leis Complementares n.ºs 192 e 194 acabou sendo extremamente forte, a ponto de desestimular a taxa de crescimento da taxa de inflação na margem no Brasil, que estava na faixa de 10% e cedeu para alguma coisa como 5,6%; só que, como a taxa de crescimento do mercado, a taxa de juros real extremamente elevado, alguma coisa como 7,5% na margem nos próximos, a projeção para os próximos 12 meses, na faixa de 6%. A política monetária fortemente pressionada, o juros real está na faixa de 13,75%, o que acaba contribuindo para uma taxa do crescimento do PIB extremamente negativa

na margem. A taxa de juros real da economia acabou tendo impacto sobre a taxa de crescimento das operações de crédito, o que acaba impactando sobre o nível de consumo e acaba de alguma forma contribuindo para que a taxa de crescimento do PIB seja potencialmente baixa. A atividade econômica brasileira está no ciclo de contração, como podemos ver neste gráfico, especialmente a questão do setor industrial e do setor de serviços, tendo um impacto na margem negativa. No mercado de trabalho, em função da redução da taxa de inflação e da taxa de crescimento herdada do ano de 2022, apresentou uma taxa favorável, uma redução na faixa de 14% para 8,7%. A atividade econômica no Paraná está em conformidade com a economia brasileira, apresenta-se na margem, com uma taxa de crescimento baixa em comparação com a sua trajetória histórica. O mercado de trabalho tem uma taxa de crescimento real positiva, principalmente pela redução da taxa de inflação - com eventual redução da taxa de inflação, a massa salarial real acabou sendo positiva. A perspectiva econômica para a evolução do PIB em 2023, pode se reduzir a uma taxa de crescimento na faixa de 0,8% a 1%. As contas públicas do setor brasileiro no consolidado, depois de ter um forte impacto negativo no ano de 2020, acabou tendo um efeito positivo em 2022, principalmente em função da contribuição, como vamos ver, da redução dos gastos com pessoal, dos gastos de investimento e o impacto positivo provocado pelo aumento da arrecadação, principalmente dos itens “contribuições”, “concessões” e “dividendos extraordinários” da Petrobrás, por conta do aumento de preços do petróleo. O que nos importa aqui é que no total a taxa de crescimento do ICMS por nível dos estados teve uma queda de R\$ 37 bilhões ao longo de 2021 para 2022, sendo que só no item energia elétrica e combustíveis teve uma redução, de R\$ 37 bilhões no total, só no item combustíveis e energia elétrica, de R\$ 32 bilhões. O que importa no ponto de vista formal para a nossa avaliação são os impactos das Leis Complementares n.ºs 192 e 194, que acabaram de alguma forma impactando muito forte sobre o nível de arrecadação do Estado do Paraná como um todo e nos estados brasileiros. Para os Senhores terem uma ideia, a redução na média da arrecadação de ICMS nos estados é na faixa de 18%. Um impacto positivo, como podemos ver e verificar, impacto

negativo, daquilo que era arrecadação de combustíveis e energia elétrica dos principais setores da economia paranaense, que somavam alguma coisa como 40%, reduziram na margem para 25% em termos de arrecadação. A nossa perda de arrecadação estimada em 2023 foi de R\$ 3,2 bilhões, sendo que só em energia elétrica foi de R\$ 2,1 bilhões, e no ano de 2023 temos uma expectativa de redução de R\$ 6,8 bilhões, em decorrência do aumento da alíquota modal, que foi de 18% para 19% ao longo de 2022 para 2023, a nossa expectativa é de um aumento de arrecadação R\$ 0,7 bilhão, ainda fortemente negativo em termos de impacto global. Para os Senhores terem uma ideia, a variação de arrecadação de ICMS no ano de 2023, quando comparado com termos reais, vai ser alguma coisa como 10%; quando comparado com o impacto proveniente da Covid, foi de 3,4% em termos reais. Para os Senhores terem uma ideia, a Covid representa 30% da perda de arrecadação, as Leis Complementares n.ºs 192 e 194. A nossa perda de arrecadação, como podemos perceber, saiu de R\$ 44 bilhões para alguma coisa como R\$ 39 bilhões e 600 milhões, uma queda estimada de 15% no total. A seguir vamos fazer uma apresentação sobre as receitas correntes realizadas no período de 2022, com destaque para o aumento da taxa de impostos, que representou um crescimento de R\$ 1,7 bilhão em 2022, principalmente em função da elevação do ICMS no primeiro trimestre e do crescimento do IPVA, na faixa de 30%. O aumento da receita patrimonial, que aparece em seguida, teve como consequência a remuneração dos nossos depósitos bancários do período. E as transferências correntes, que aparecem neste gráfico, estão relacionadas com a taxa de crescimento do Fundeb, de 27,28%, e do Fundo de Transferência do Pré-Sal, que teve um impacto positivo no total de R\$ 1,7 bilhão. O crescimento de outras despesas correntes está relacionado com a questão da multa paga pela Petrobras na questão do Fema. Nas receitas de capital temos como destaque a questão das operações de crédito, em especial a questão do *Avança Paraná*, na ordem de R\$ 677 milhões, e de R\$ 340 milhões da infraestrutura. No item transferências correntes de capital, um destaque para a questão das transferências relacionadas aos programas de educação e aos programas de transferência da União. Nas outras receitas de capital há uma redução de 96%

proveniente da não contabilização dos encargos dos precatórios como despesa de capital e sim como outras despesas correntes, como vamos analisar no item seguinte. Em destaque a questão dos gastos com pessoal ativos e inativos. Nos gastos com pessoal tivemos uma taxa de crescimento real de 4%, proveniente principalmente da questão de progressões e promoções, do item relacionado à questão envolvendo o aumento do auxílio-alimentação e dos gastos com vencimentos militares do período, que foram na faixa de 12,6%. Despesas de capital empenhada, destaque para a questão dos investimentos, em especial a questão de transferências para os municípios, na faixa de R\$ 1,7 bilhão, e das obras relacionadas com a questão do domínio público de infraestrutura, principalmente de rodovias, na faixa de R\$ 1,4 bilhão. No item relacionado à questão das inversões financeiras, em destaque para a questão envolvendo as despesas com precatórios. A amortização da dívida teve uma forte redução, em função da nossa quitação da dívida com a Copel no ano de 2021. O resultado primário do período foi de alguma coisa como R\$ 5,6 bilhões, sendo o nosso restos a pagar na faixa a 6,7 bilhões, o que mostra que se tivéssemos computado todos os restos a pagar em termos de resultado primário teríamos um resultado negativo de R\$ 1,35 bilhão, que é o impacto global no período. O resultado previdenciário foi fortemente negativo, principalmente na questão do plano financeiro, com uma insuficiência financeira de R\$ 6,2 bilhões ou R\$ 6,3 bilhões. A nossa dívida com a União monta R\$ 11,2 bilhões. A dívida com precatórios, R\$ 7,8 bilhões, o que dá um comprometimento de alguma coisa como R\$ 800 milhões por ano. A dívida com o Badep, que é ainda proveniente da negociação com o Banco Itaú, monta R\$ 4,4 bilhões, e temos dívidas contraídas junto ao empréstimo do Banco do Brasil, na faixa de R\$ 3,8 bilhões, e a dívida com o BID, na faixa de R\$ 2,20 bilhões. Nossa Capag, capacidade de análise de risco de crédito, a perspectiva é de manutenção da nota “B” ao longo de 2023, com ênfase na questão do nosso endividamento, que é baixo quando comparado com a nossa capacidade de geração de receita, principalmente na nossa poupança corrente. A avaliação do cumprimento das regras fiscais, dívida consolidada baixa, operações de crédito também com um nível reduzido e as operações de garantias

concedidas também reduzida. As despesas com limites constitucionais foram obedecidas, seja na questão de educação, 32% no total, e 12,4% na área de saúde. Nosso limite com pessoal está em nível razoável, abaixo do limite de alerta, mas se computarmos os aumentos de planos de cargos provenientes do aumento de despesas com os QPPEs vamos poder ultrapassar mais aí 2,5% desse limite. Em linhas gerais, é essa a apresentação. Queria fazer a apresentação mais breve hoje porque não estou me sentindo bem, até falei com o Marcel Micheletto que estou com um mal-estar hoje e pediria, se possível, um pouquinho de pressa na apresentação, para eu poder ficar em uma situação razoável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Bom, finalizando aqui agora a apresentação do Secretário Renê, quero também agradecer a presença do Deputado Federal e Secretário da Indústria e Comércio, Ricardo Barros, que se faz presente aqui, acompanhou atentamente a apresentação do Secretário Renê. Quero aqui solicitar a todos os Sr.^s e Sr.^{as} Deputados que queiram participar, façam suas inscrições para que possamos iniciar as perguntas formuladas ao Secretário Renê. Cada Deputado e Deputada terá cinco minutos.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): *Pela ordem*, Presidente. Se o Secretário não está passando bem, não tem problema, não! Acho que podemos adiar isto. Sem problema nenhum! A Oposição abre mão aqui. Mandamos por escrito depois, sem problemas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Olha, quero agradecer, Secretário, esta manifestação de civilidade da Oposição. Acho que em primeiro lugar é a saúde de Vossa Excelência. Vossa Excelência precisa, agradecemos e aceitamos a sugestão.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Realmente não estou passando bem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Então, em respeito ao Secretário, fico agradecido aqui. Iria fazer uma sugestão, vocês querem fazer as

perguntas por escrito? Então, está bom. Ótimo! Então, queria agradecer à Oposição, à Liderança da Oposição e ao Líder também do Governo, aos Deputados por entenderem que o Secretário Renê precisa finalizar a sua apresentação, para que possa ter condições de ver a sua questão de saúde. Então, não teremos as perguntas, serão formuladas de forma escrita, que a Mesa vai encaminhar para o Secretário Renê, para que possa responder e trazermos aos nossos Deputados. **Declaro encerrada a presente Audiência Pública.**

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcado uma outra para o dia 1.º, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 3.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 13/2021; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 86/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 464/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h10, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)